



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

ANÁLISE MULTIRREFERENCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONSIDERADAS DE PERMANÊNCIA

Evelyn Barcellar
Mestranda em Educação PPGE/UNESA

Resumo: Trata-se de uma pesquisa em andamento sobre as políticas públicas consideradas de permanência que possui como finalidade apresentar algumas reflexões sobre o cenário da educação perante as desigualdades sociais. Entendendo que a educação é um direito social, será trazida a comparação entre este direito e um direito assistencialista, amparada na concepção de SAVIANI (2021). Correlacionando as perspectivas de direitos humanos, desigualdade social e seus efeitos, o acesso à educação e sua permanência visam garantir condições mínimas de vida digna, buscando redução das desigualdades e promoção do bem-estar social. A pesquisa tem o recorte dentre os anos de 2022 e 2024 no campo da educação básica. Com tantos desdobramentos possíveis, além do recurso bibliográfico, serão analisadas histórias orais a fim de humanizar a aplicação e a eficácia das políticas públicas na prática.

Palavras-chave: política pública; permanência; desigualdade social; educação básica.

INTRODUÇÃO

Este texto propõe apresentar algumas reflexões sobre o cenário da educação básica frente às desigualdades sociais e as políticas públicas que trazem uma perspectiva de permanência.

Muitas das vezes, a criação do projeto prevê apenas oferta de bolsas, relacionando a educação como um direito compensatório, ou seja, assistencialista. Segundo SAVIANI



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

(2021), tal configuração ocorre pela compensação de deficiências aliada a uma evidente dificuldade no ambiente escolar.

Dentro dessa abordagem, onde cada indivíduo possui uma singularidade de necessidades, é preciso identificar o conjunto de perspectivas essenciais (cultural, psicológica, familiar) para tratar a educação como instrumento imprescindível para promoção de uma vida digna.

Considerando a necessidade bibliográfica para melhor entendimento do enredo político, a atual pesquisa também pretende apresentar histórias orais dos envolvidos, a fim de contextualizar de acordo com a realidade individual dos usuários dos programas.

-Contextualizando a aplicação das políticas públicas e seus reflexos: a garantia do acesso e da permanência ao direito educacional

Algumas primeiras reflexões em torno do ser humano abrem caminho para o entendimento da educação como prática permanente. Considerando que consciência e mundo não podem ser entendidos separadamente e nem a consciência é a fazedora arbitrária do mundo; é preciso que respeite a realidade, problematize e se faça um caminho de mudanças. (FREIRE, 1992).

Analisando o contexto histórico, segundo SAVIANI (2021), escolarizar todos os homens era condição para torná-los cidadãos, pois era necessária a participação nas escolhas políticas de forma condizente ao que o dominador imputava como correto. Ainda que num contexto plural, a história vai evoluindo e o fenômeno da globalização surge como mais uma tentativa de homogeneização da sociedade.

Essas transformações resultantes de um mundo globalizado refletem na educação como um todo, tendo influências políticas diretamente ligadas aos planos, currículos, formação e ações aplicadas no ambiente educacional.

Considerando tantas adversidades ainda vistas no Brasil, a simples “disponibilidade de ensino público” não pode ser encarada como suficiente para



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

cumprimento legal de uma obrigação do Estado, pois há desigualdade em diversos fatores.

Além disso, a política de acompanhamento desse estudante é necessária para que se mitigue os efeitos persistentes da desigualdade que PARKIN chama de fechamento social. O fechamento é um processo pelo qual as coletividades sociais procuram maximizar as recompensas, restringindo o acesso a recursos e oportunidades a um círculo limitado de indivíduos elegíveis. Certos atributos sociais ou físicos são usados como base da exclusão, baseada mais na seleção do que na transmissão hereditária (PARKIN, 1979). A exclusão é principalmente um ato coletivo que visa promover a formação de classes por meio de uma cuidadosa seleção de sucessores (COLLINS, 1971; PARKIN, 1997).

Trazendo para nossa realidade, a título de exemplo, alguns colégios públicos ainda possuem sinais de seletividade, desde o momento de publicação de edital até o ingresso por meio de concurso ou sorteio, ou seja, a entrada desses alunos numa qualidade referenciada e pública está condicionada ao acesso à internet, condições de interpretação dos documentos previstos no certame, pagamento de inscrição, dentre outros.

O impacto da seletividade demonstra a dificuldade em se tornar estudante e se manter até o final, resultando na “mortalidade estudantil”. Vale trazer alguns pontos que podem causar essa dificuldade: **externos**, leia-se, como questões políticas e financeiras do país, **internos da instituição**, ou seja, ausência de orçamento compatível, infraestrutura precária, déficit de profissionais, deficiências em projetos pedagógicos; além disso, ainda precisamos analisar fatores **individuais**, àqueles próprios do estudante, como: estrutura familiar, saúde mental, meio social, condição financeira, dentre outros.

Não se pretende tratar do assunto como algo utópico e sim contribuir para uma profunda análise das necessidades de mitigação de desigualdade social, afinal não há forma de combate sem educação; portanto, o investimento nesse estudante é o caminho para que possamos esperar uma sociedade justa e igualitária.

-Abordagens epistemológicas como base para políticas de acompanhamento



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

As políticas de permanência não podem ser vistas apenas como sinônimo de auxílios financeiros, portanto as variadas abordagens surgem a fim de proporcionar o acompanhamento e conseqüentemente a tão considerada permanência estudantil. Dessa forma, vejamos as diversas perspectivas que também devem ser analisadas de forma conjunta visando o monitoramento e mitigação das eventuais falhas de cada programa:

- Histórica e Contextual – o contexto histórico e as trajetórias específicas da Instituição em relação às políticas educacionais, demonstrando uma tentativa de análise das políticas anteriores, mudanças institucionais e eventos históricos que moldaram a atual situação da escola e suas políticas de permanência;
- Sociológica e Antropológica - origens culturais, identidades étnicas (...) e como esses fatores influenciam sua experiência escolar e a eficácia das políticas implementadas;
- Econômica - avaliação do investimento público nessas políticas analisando o impacto das políticas de permanência na promoção da igualdade de oportunidades e no desenvolvimento socioeconômico dos alunos;
- Psicológica e Educacional - verificação das estratégias de apoio psicossocial, orientação educacional e intervenções pedagógicas na contribuição para a inclusão e o sucesso dos alunos;
- Política e Institucional – análise do processo de formulação, implementação e avaliação das políticas de permanência na Instituição, bem como os desafios enfrentados.

CONCLUSÃO



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

A proposta supracitada apresenta uma interdisciplinaridade, assumindo uma metodologia híbrida no mesmo processo epistemológico, promovendo assim a interação entre as diversas perspectivas. Isso permitirá identificar não apenas os desafios e problemas, mas também as oportunidades e melhores práticas para promoção da inclusão e do sucesso educacional de todos os alunos.

SACRISTÁN (2007) ressalta que o importante da diversidade é que há seres humanos vivendo-as e são dignos de respeito ao vivê-la com políticas e práticas dedicadas a isso.

Ainda que distante, a intenção do presente trabalho é demonstrar a necessidade de afirmar que a desigualdade é uma realidade e que a educação se torna o caminho para a visualização de uma igualdade.

A garantia do acesso e da permanência ao direito educacional depende não apenas da formulação de políticas públicas adequadas, mas também da efetiva implementação e do monitoramento de seus resultados. Essas políticas são essenciais para construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.htm>. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001. Acesso em 21 abr.2024.

BALL, Stephen J. MAINARDES. Jefferson, (orgs). Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez,2024.

BORGES, Eduardo Henrique Narciso. Políticas de permanência estudantil: representações e práticas de gestores universitários. 1 ed. Curitiba: Appris,2023.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

CANDAU, V. M.. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 14 mai 2024.

DOURADO, L.F. ESTADO, EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL: RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS. Educ. Soc. Campinas, v40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vsCq3LjxSXYrmZDgFWwk7tG/#>. Acesso em 01 jun 2024.

FREIRE, Paulo, 1921 – 1997 Política e educação: ensaios / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23). Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf. Acesso em 21 abr.2024.

FREIRE, Paulo. "A EDUCAÇÃO é um ato político". Cadernos de Ciência, Brasília, n. 24,p.21-22,jul./ago./set.1991. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/caed98a4-b937-4783-b5cd-d6e46da5eb93>. Acesso em: 21 abr.2024.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). [Lei Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 18 abr.2024.

SACRISTÁN, J. Gimeno. A Educação que ainda é possível. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 44 ed. Campinas, SP; Autores Associados, 2021.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

ZUCATTO, L. C.; BEGNINI, K. C. F.; SCHERER, N.; GELOCH, R. B.; GIORDANI, E. M. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 16, n. 47, p. 199–220, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10183296. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2646>. Acesso em: 18 abr. 2024.